CET SANTOS	**COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO – CET/SANTOS**
	CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2023
	ASSISTENTE SOCIAL

NOME DO CANDIDATO	ASSINATURA DO CANDIDATO	RG DO CANDIDATO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

INSTRUÇÕES GERAIS

I. Nesta prova, você encontrará **07 (sete) páginas** numeradas sequencialmente, contendo **40 (quarenta) questões** objetivas correspondentes às seguintes disciplinas: **Língua Portuguesa 10 (dez) questões, Noções de Informática 05 (cinco) questões, Legislação 10 (dez) questões e Conhecimentos Específicos 15 (quinze) questões.**

II. Assine e preencha a Folha de Respostas nos locais indicados, com caneta azul ou preta.

III. Verifique se seu nome e número de inscrição estão corretos na Folha de Respostas. Se houver erro, notifique o fiscal.

IV. Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal.

V. Marque a Folha de Respostas cobrindo fortemente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo na própria Folha de Respostas.

VI. O sistema de leitura e processamento das Folhas de Respostas não registrará a resposta em que houver falta de nitidez na marcação e/ou marcação de mais de uma alternativa.

VII. A Folha de Respostas não pode ser dobrada, amassada, rasurada ou manchada. Exceto sua assinatura, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados às respostas.

VIII. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal a Folha de Respostas e este Caderno. As observações ou marcações registradas no caderno não serão levadas em consideração.

IX. **Você dispõe de 03 (três) horas para fazer esta prova. Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar a Folha de Respostas.**

X. O candidato só poderá retirar-se do setor de prova **01 (uma) hora após seu início**.

XI. O candidato **poderá levar seu Caderno de Questões após transcorridas 02 (duas) horas do início da prova.** Em hipótese alguma o candidato poderá levar o Caderno de Questões antes do horário permitido.

XII. É terminantemente proibido o uso de telefone celular, e demais aparelhos eletrônicos.

Boa Prova!

ibfc INSTITUTO BRASILEIRO DE FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO

CET SANTOS

GABARITO DO CANDIDATO - RASCUNHO

ibfc

NOME:	ASSINATURA DO CANDIDATO:	INSCRIÇÃO:

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20

21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40

RASCUNHO

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo e responda às questões de 1 a 4.

Debate é briga?

Debater é ter o direito de expor livremente nossas ideias e o dever de ouvir e respeitar as ideias alheias, mesmo que diferentes das nossas. Quando debatemos, desejamos convencer nosso interlocutor de que temos razão. Por esse motivo, devemos nos esforçar para escolher argumentos persuasivos, isto é, capazes de modificar o ponto de vista de nosso interlocutor. Mas o contrário também pode ocorrer: sermos convencidos pelos argumentos do interlocutor ao vermos outros ângulos da questão. Independentemente do resultado do debate, porém, a troca de argumentos é uma experiência enriquecedora tanto para quem dele participa diretamente tanto para quem o presencia. Debater é modificar o outro e modificar a nós mesmos. É crescer com o outro e ajudá-lo a também crescer a partir de nossa experiência e de nossa visão de mundo. O debate é um exercício de cidadania.

CEREJA & MAGALHÃES. Português Linguagens. Atual. 2006. P 147.

1) Analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

( ) Quando debatemos, objetivamos persuadir o outro.
( ) No debate, não podemos perder o nosso ângulo da questão.
( ) Devemos impor, rigorosamente, argumentos que modifiquem o interlocutor.
( ) O debate é um exercício de cidadania também para quem assiste.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

a) V - F - V - F.
b) V - F - F - V.
c) F - V - V - V.
d) V - V - V - V.

2) Na expressão: "...argumentos <u>persuasivos</u>...", assinale a alternativa INCORRETA, em relação ao significado da palavra grifada:

a) Que fazem com que se passe a acreditar em.
b) Que convencem sobre alguma coisa.
c) Que são capazes de impor mudanças na cidadania.
d) Que fazem com que se mude de comportamento e/ou opinião.

3) Observe o trecho: "...a troca de argumentos é uma experiência enriquecedora tanto para quem dele participa diretamente tanto para quem o presencia". Assinale a alternativa correta:

a) Uma experiência enriquecedora: sujeito composto.
b) Quem o presencia: sujeito indeterminado.
c) Quem dele participa: sujeito oculto.
d) A troca de argumentos: sujeito simples.

4) No trecho "...sermos convencidos pelos argumentos do <u>interlocutor...</u>", assinale a alternativa <u>incorreta</u>, em relação à palavra grifada:

a) Denota quem assiste a um debate.
b) Trata-se de um substantivo masculino.
c) É uma palavra formada a partir de derivação prefixal (inter).
d) Significa uma pessoa que conversa com outra.

5) A Redação dos Documentos Comerciais <u>não</u> é caracterizada por:

a) Coloquialidade e emotividade.
b) Clareza e concisão na escrita.
c) Uso do padrão formal da linguagem.
d) Impessoalidade.

6) Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas, em relação à concordância.

Estava _____ a entrada antecipada, mas o público já _____. _____ cinco horas para o início do show. Uma pessoa falou que _____ muitos anos que esse artista não se apresentava.

a) Proibida, chegavam, Faltava, fazia.
b) Proibido, chegava, Faltava, faziam.
c) Proibida, chegava, Faltavam, fazia.
d) Proibido, chegavam, Faltavam, faziam.

7) Em relação ao uso ou não da crase, analise as afirmativas abaixo.

I. Ele se declarou a uma cliente.
II. Sairemos a meia noite.
III. Ele se mostrou favorável a medida.
IV. Acabou o pão. Vou à padaria.

Assinale a alternativa correta.

a) I e II estão corretas.
b) I, III e IV estão corretas.
c) Apenas IV está correta.
d) I e IV estão corretas.

8) Assinale a alternativa em que TODAS as palavras estão acentuadas em <u>desacordo</u> com as novas normas ortográficas:

a) Papéis, chapéu, inflamatório, ônibus.
b) Troféu, herói, lêem, fiéis.
c) Enjôo, destrói, faróis, véu.
d) Assembléia, vêem, idéia, feiúra.

9) Assinale a alternativa em que todas as palavras estão grafadas incorretamente.
a) megaapagão, antiherói, prédatado, microondas.
b) Anti-imperialista, pré-operatório, super-homem, entre-eixos.
c) Pré-escolar, anti-herói, microônibus, contra-atacar.
d) Pós-graduado, préoperatório, micro-ondas, micro-ônibus.

10) Assinale a alternativa em que a vírgula foi empregada corretamente:
a) Euclides da Cunha, escreveu "Os Sertões, obra regionalista em 1902.
b) Euclides da Cunha escreveu, "Os Sertões" obra regionalista, em 1902.
c) Euclides da Cunha escreveu, "Os Sertões" obra regionalista em 1902.
d) Euclides da Cunha escreveu "Os Sertões", obra regionalista, em 1902.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11) Indique a seguir um serviço popular de correio eletrônico:
a) Google Earth
b) Microsoft Excel
c) Gmail
d) Microsoft Word

12) O principal objetivo de um navegador (browser) da web é:
a) Editar textos
b) Jogar videogames online
c) Navegar na internet
d) Fazer cálculos matemáticos

13) Não é um sistema operacional:
a) Windows
b) Linux
c) Google Chrome
d) macOS

14) O nome Firewall em informática é o mesmo que:
a) Um software de edição de imagens
b) Um dispositivo que protege uma rede de ameaças externas
c) Um aplicativo de e-mail
d) Um programa de planilha

15) Faz parte do pacote Microsoft Office:
a) Photoshop
b) PowerPoint
c) Firefox
d) WhatsApp

LEGISLAÇÃO

16) Considerando a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), analise as afirmativas abaixo.
I. Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se mobiliário urbano quaisquer componentes de obras de urbanização, tais como os referentes a pavimentação, saneamento, encanamento para esgotos, distribuição de energia elétrica e de gás, iluminação pública, serviços de comunicação, abastecimento e distribuição de água, paisagismo e os que materializam as indicações do planejamento urbanístico.
II. Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se pessoa com mobilidade reduzida aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo, entre outros, o obeso.
III. Para fins de aplicação desta Lei, considera-se acompanhante aquele que acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal.

Assinale a alternativa correta.
a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas
c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
d) Apenas a afirmativa II está correta

17) Considerando a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), assinale a alternativa correta.
a) A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário de recebimento de restituição de imposto de renda, direito este que é extensível ao acompanhante da pessoa com deficiência ou ao seu atendente pessoal
b) A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário de proteção e socorro em quaisquer circunstâncias, independentemente dos protocolos de atendimento médico
c) As frotas de empresas de táxi devem reservar 20% (vinte por cento) de seus veículos acessíveis à pessoa com deficiência
d) As locadoras de veículos são obrigadas a oferecer 1 (um) veículo adaptado para uso de pessoa com deficiência, a cada conjunto de 20 (vinte) veículos de sua frota e o veículo adaptado deverá ter, no mínimo, câmbio automático, direção hidráulica, vidros elétricos e comandos manuais de freio e de embreagem

18) Considerando a Lei de Acesso à Informação, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

( ) É facultada à entidade pública requerida exigir do requerente motivos determinante da solicitação de informações de interesse público.

( ) Não sendo possível conceder o acesso imediato à informação disponível, o órgão ou entidade que receber o pedido deverá, em prazo não superior a 10 (dez) dias, comunicar a data, local e modo para se realizar a consulta, efetuar a reprodução ou obter a certidão, entre outras providências.

( ) Sem prejuízo da segurança e da proteção das informações e do cumprimento da legislação aplicável, o órgão ou entidade poderá oferecer meios para que o próprio requerente possa pesquisar a informação de que necessitar.

( ) A informação armazenada em formato digital será fornecida nesse formato, caso haja anuência do requerente.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

a) V - F - V - V
b) F - V - F - V
c) F - F - V - V
d) V - V - F - V

19) A respeito do que dispõe a Lei de Acesso à Informação acerca das informações pessoais, assinale a alternativa <u>incorreta</u>.

a) O tratamento das informações pessoais deve ser feito de forma transparente e com respeito à intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas, bem como às liberdades e garantias individuais
b) As informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem terão seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de 50 (cinquenta) anos a contar da sua data de produção, a agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem
c) A restrição de acesso à informação relativa à vida privada, honra e imagem de pessoa não poderá ser invocada com o intuito de prejudicar processo de apuração de irregularidades em que o titular das informações estiver envolvido, bem como em ações voltadas para a recuperação de fatos históricos de maior relevância
d) As informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem poderão ter autorizada sua divulgação ou acesso por terceiros diante de previsão legal ou consentimento expresso da pessoa a que elas se referirem, sendo prescindível o referido consentimento quando as informações forem necessárias, entre outras, à defesa de direitos humanos

20) Observando o que dispõe a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais acerca dos agentes de tratamento de dados pessoais, analise as afirmativas abaixo.

I. O controlador e o operador devem manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem, especialmente quando baseado no legítimo interesse.
II. O controlador deverá indicar encarregado pelo tratamento de dados pessoais, cuja identidade e informações de contato do são sigilosas.
III. O juiz, no processo civil, poderá inverter o ônus da prova a favor do titular dos dados quando, a seu juízo, for verossímil a alegação, houver hipossuficiência para fins de produção de prova ou quando a produção de prova pelo titular resultar-lhe excessivamente onerosa.

Assinale a alternativa correta.

a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas
c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
d) Apenas a afirmativa II está correta

21) Observando o que dispõe a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais acerca do tratamento de dados pessoais pelo poder público, assinale a alternativa correta.

a) É vedado à autoridade nacional estabelecer normas complementares para as atividades de comunicação e de uso compartilhado de dados pessoais
b) A comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais de pessoa jurídica de direito público a pessoa de direito privado será informado à autoridade nacional e dependerá de consentimento do titular, ainda que a transferência objetive exclusivamente a prevenção de fraudes
c) Os dados deverão ser mantidos em formato interoperável e estruturado para o uso compartilhado, com vistas à execução de políticas públicas, à prestação de serviços públicos, à centralização da atividade pública e à disseminação e ao acesso das informações pelo público em geral
d) Quando houver infração a esta Lei em decorrência do tratamento de dados pessoais por órgãos públicos, a autoridade nacional poderá enviar informe com medidas cabíveis para fazer cessar a violação

22) A respeito do que dispõe o Estatuto do Idoso acerca da política de atendimento, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

( ) As entidades governamentais de atendimento que descumprirem as determinações desta Lei ficarão sujeitas, entre outros, à proibição de atendimento a pessoas idosas a bem do interesse público.

( ) As entidades não-governamentais de atendimento que descumprirem as determinações desta Lei ficarão sujeitas, entre outros, ao fechamento de unidade ou interdição de programa.

( ) Na aplicação das penalidades, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a pessoa idosa, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes da entidade.

( ) As entidades de atendimento que descumprirem as determinações desta Lei ficarão sujeitas, entre outras, à advertência.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

a) V - F - V - V
b) F - V - F - V
c) F - F - V - V
d) V - V - F - V

23) Considerando o que dispõe a Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), assinale a alternativa <u>incorreta</u>.

a) Aos maiores de 60 (sessenta) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, observadas as exceções previstas no Estatuto
b) Nos veículos de transporte coletivo cuja gratuidade em razão da idade está definida pelo Estatuto, serão reservados 10% (dez por cento) dos assentos para as pessoas idosas, devidamente identificados com a placa de reservado preferencialmente para pessoas idosas
c) No sistema de transporte coletivo interestadual observar-se-á, nos termos da legislação específica, a reserva de 2 (duas) vagas gratuitas por veículo para pessoas idosas com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos
d) É assegurada a reserva para as pessoas idosas, nos termos da lei local, de 5% (cinco por cento) das vagas nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade à pessoa idosa

24) Acerca da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, analise as afirmativas abaixo.

I. Verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor será imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida e este afastamento pode ser determinado, entre outros, pelo policial, quando o Município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.
II. Nos casos de risco à integridade física da ofendida ou à efetividade da medida protetiva de urgência, não será concedida liberdade provisória ao preso.
III. Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, após o recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.

Assinale a alternativa correta.

a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas
b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas
c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas
d) Apenas a afirmativa II está correta

25) A respeito da Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, Lei Maria da Penha, assinale a alternativa correta.

a) É competente, por opção da ofendida, para os processos cíveis regidos por esta Lei, entre outros, o Juizado do domicílio ou residência dos pais da ofendida
b) As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas de imediato, independentemente de audiência das partes e de manifestação do Ministério Público, devendo este ser prontamente comunicado
c) Recebido o expediente com o pedido da ofendida, caberá ao juiz, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, entre outras providências, conhecer do expediente e do pedido e decidir sobre as medidas protetivas de urgência
d) A Lei Maria da Penha prevê, entre as medidas protetivas de urgência, que se afaste o agressor do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida, vedando que se determine o afastamento da ofendida do lar

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26) A Lei Orgânica da Assistência (Lei número 8.742/93) indica no artigo 4º que a Assistência Social deve ser orientada por princípios. Tais princípios são citados corretamente nas afirmativas:

I. Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
II. Descentralização político-administrativa para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo.
III. Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.
IV. Primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo.

Estão corretas as afirmativas:

a) I e III
b) I e II
c) II e IV
d) I e IV

27) O benefício de prestação continuada (BPC) é previsto na Lei Orgânica da Assistência Social a partir do artigo 20º. Considerando o disposto na referida legislação analise as afirmativas abaixo atribuindo para elas os valores verdadeiro (V) ou falso (F).

( ) Para efeito de concessão do benefício de prestação continuada, considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
( ) O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.
( ) A condição de acolhimento em instituições de longa permanência não prejudica o direito do idoso ou da pessoa com deficiência ao benefício de prestação continuada.
( ) O INSS poderá celebrar parcerias para a realização da avaliação social, sob a supervisão do serviço social da autarquia.

A sequência correta aos valores atribuídos está citada na afirmativa:

a) V - V - F - F
b) V - V - V - F
c) F - V - V - F
d) F - F - V - V

28) Com base na Lei de número 8.662/93, analise as afirmativas abaixo:

I. Não é competência do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), representar, em juízo e fora dele, os interesses gerais e individuais dos Assistentes Sociais.
II. O exercício da profissão de Assistente Social requer prévio registro nos Conselhos Regionais que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado nos termos desta lei.
III. A duração do trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais.
IV. Os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) não são dotados de autonomia administrativa e financeira, sem prejuízo de sua vinculação ao Conselho Federal, nos termos da legislação em vigor.

Estão corretas as afirmativas:

a) I e II
b) II e IV
c) I e IV
d) II e III

29) O Código de Ética do Assistente Social apresenta o seguinte trecho:

"Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo"
O mesmo faz menção a:

a) Sigilo do Assistente Social
b) Deveres
c) Princípios fundamentais
d) Direitos do Assistente Social

30) Assinale a alternativa correta, considerando o disposto no Estatuto do Idoso.

a) Não constitui obrigação da família, da comunidade, da sociedade assegurar à pessoa idosa, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária, cabendo tal responsabilidade apenas ao poder público
b) A pessoa idosa goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade
c) É dever exclusivo da família prevenir a ameaça ou violação aos direitos da pessoa idosa
d) Não constitui obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade

31) A Lei de número 11.340/2006 indica uma série de aspectos sobre a violência cometida contra mulheres. No artigo 7º é apresentada a definição de violência psicológica sendo essa compreendida como:

a) Qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades
b) Qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria
c) Qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos
d) Qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação

32) O Código de Trânsito Brasileiro disciplina no artigo 24º que os órgãos e entidades executivos de trânsito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios possuem algumas competências, dentre elas as citadas na afirmativas:

I. Executar a fiscalização de trânsito.
II. Terceirizar a fiscalização de trânsito.
III. Autuar e aplicar as medidas administrativas e penalidades previstas no Código de Trânsito Brasileiro.
IV. Elaborar a Política Nacional de Trânsito.

Estão corretas as afirmativas:

a) I e III
b) I e II
c) II e IV
d) I e IV

33) A lei de n° 8.080/90 e também conhecida por ter regulamentado o Sistema Único de Saúde no Brasil disciplina a organização desse sistema no país. De acordo com essa legislação indica, no artigo 5º, são objetivos do SUS:

I. A identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde
II. Concessão de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica.
III. A participação na formulação da política e na execução de ações de saneamento básico.
IV. A assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.

Estão corretas as afirmativas:

a) I e II apenas
b) I e IV apenas
c) II e III apenas
d) III e IV apenas

34) O trecho abaixo foi extraído do artigo 8º da Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde (Lei 8.080/90).

Art. 8º As ações e serviços de saúde, executados pelo Sistema Único de Saúde (SUS), seja diretamente ou mediante participação complementar da iniciativa privada, serão organizados de forma _____e _____ em níveis de complexidade crescente.

Assinale a alternativa que preencha corretamente e respectivamente as lacunas.

a) regionalizada / hierarquizada
b) centralizada / hierarquizada
c) regionalizada / descentralizada
d) organizada / descentralizada

35) A Política Nacional de Assistência Social indica que a Assistência Social deve ser organizada por referências. São referências de organização do SUAS:

a) Proteção social especial, proteção social básica e defesa social e institucional
b) Vigilância social, proteção social e orçamento público
c) Vigilância social, proteção social e defesa social e institucional
d) Acolhida, proteção social e defesa social e institucional

36) A Constituição Federal delimitou pela consolidação do Sistema de Seguridade Social conforme destacado no artigo nº 194. Em tal texto vemos que há menção aos objetivos da Seguridade Social, sendo esses os que estão citados nas afirmativas:

I. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
II. Descentralização, com direção única em cada esfera de governo
III. Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
IV. Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

Estão corretas as afirmativas:

a) I e II apenas
b) II e III apenas
c) I e IV apenas
d) III e IV apenas

37) Moura; Vasconcelos (2018) nos indicam que há necessidade de problematizar as questões que envolvem a ocorrência de acidentes de trânsito no Brasil. Considerando o pensamento dos autores, analise as afirmativas abaixo:

I. As questões oriundas de acidentes de trânsito representam um grave problema de saúde pública.
II. O Brasil envolveu-se na campanha e por meio do "Pacto Nacional pela Redução dos Acidentes no Trânsito – Pacto pela Vida" mas não aderiu as propostas e estratégias lançadas pela OMS, com fim de reduzir mortes e outros prejuízos por acidentes de trânsito nos próximos dez anos.
III. As infrações cometidas no trânsito têm como característica principal seu efeito imediato e o desrespeito às normas causam consequências devastadoras, porém, isso não afeta a política de saúde no Brasil.
IV. Os acidentes de trânsito resultam em um impacto significativo nos recursos da saúde e uma sobrecarga importante nos pronto-socorros públicos, principalmente no caso brasileiro.

Estão corretas as afirmativas:

a) I e II
b) I e IV
c) III e IV
d) I e III

38) Analise as afirmativas abaixo com base nas indicações de Moura; Vasconcelos (2018).

I. Os acidentes de trânsito, que refletem diretamente na segurança do trânsito, devem ser compreendidos como uma expressão da questão social.
II. Não compete ao assistente social dar conta dos problemas ocasionados pela questão da segurança no trânsito.
III. Os profissionais, Assistentes Sociais, inseridos na área de segurança do trânsito não têm a possibilidade de fazer reflexões e discussões no sentido de clarificar os fenômenos que estão velados na realidade, acerca da segurança no trânsito.
IV. Os profissionais inseridos na área de segurança do trânsito não têm a possibilidade de fazer reflexões e discussões no sentido de clarificar os fenômenos que estão velados na realidade, acerca da segurança no trânsito, apresentando a necessidade desse direito ser efetivado visto que não é esse o seu papel.

Estão corretas as afirmativas:

a) I e III
b) II e III
c) I e IV
d) I e II

39) Analise as afirmativas abaixo com base no disposto no documento "Sistematização e análise de registros da opinião técnica emitida pela/o Assistente Social em relatórios, laudos e pareceres [...] elaborado pelo CFESS no ano de 2020.

I. O laudo social não tem a finalidade de esclarecer que, naquele momento e com base no estudo científico realizado, chegou-se à determinada conclusão.
II. O laudo social, elaborado pela/o assistente social, é o produto/registro da perícia social realizada pela/o profissional.
III. No laudo social, em sua parte final, via de regra, registra-se o parecer conclusivo, do ponto de vista do Serviço Social.
IV. No laudo social o parecer social não pode sintetizar a situação antes deve apresentar uma breve análise e apontar conclusões ou indicativos de alternativas que irão expressar o posicionamento profissional frente ao objeto de estudo.

Estão corretas as afirmativas:

a) I e II
b) I e IV
c) II e III
d) II e IV

40) Baptista (2015) nos apresenta indicações a respeito do conceito de avaliação. A avaliação de efetividade é apresentada pela autora como sendo aquela em que:

a) A avaliação de efetividade é analisada a partir do estudo da adequação da ação para o alcance dos objetivos e metas previstos no planejamento
b) A avaliação de efetividade diz respeito, mais propriamente, ao estudo do impacto do planejado sobe a situação, à adequação dos objetivos definidos para a problemática objeto da intervenção
c) A avaliação de efetividade incide diretamente sobre a ação desenvolvida
d) A avaliação de efetividade deve ser crítica e estabelecer juízos de valor sobre o desempenho e os resultados que o mesmo propicia